



**MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 033/2025**

**Senhora Presidente,  
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.**

Ao cumprimentar fraternalmente Vossas Excelências, na oportunidade, é motivo de contentamento submetermos à apreciação dessa colenda Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo, o qual ***“DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2026-2029, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”***.

O Projeto em proposição atende aos preceitos estabelecidos pelo art. 165 da Constituição da República e na Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecendo as diretrizes básicas para a Administração Pública do Município de Jaguari para o referido período, consubstanciado pelos Anexos de Metas e Prioridades que o integram.

O presente Plano Plurianual foi elaborado com base em critérios técnicos, planejamento estratégico e participação das secretarias municipais e sobretudo, com a participação popular, refletindo os compromissos da Administração como o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade fiscal e a melhoria contínua dos serviços públicos oferecidos à população.

Válido ressaltar que o PPA estabelece os programas, objetivos e metas da gestão municipal para os próximos quatro (04) anos, alinhando as ações governamentais às reais necessidades da comunidade jaguariense. Trata-se, porquanto, de um instrumento fundamental para garantir previsibilidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos.

As projeções de Receita e Despesas foram baseadas em indicadores oficiais, conforme adiante demonstrado:

**Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas**

<u>Indicador</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>
Inflação média anual (IPCA)	5,68%	4,48%	4,00%	3,78%	3,76%
Variação do P.I.B.	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	1,82%
Crescimento vegetativo da folha salarial	2,78%	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

Crescimento vegetativo de outras despesas de custeio	5,50%	10,00%	10,00%	7,00%	7,00%
Expectativa de crescimento médio da arrecadação tributária própria	12,95%	10,00%	12,00%	7,00%	7,00%
Expectativa de crescimento médio das transferências do União	3,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Expectativa de crescimento médio das transferências do Estado	2,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Expectativa de percentual de aumento salarial – Executivo	1,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Expectativa de percentual de aumento salarial – Legislativo	1,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%

Os seus anexos estão dispostos com uma previsão financeira individualizada por ano, sendo os valores, de acordo com o artigo 3º do Projeto, como valores referenciais, isto é, poderão e deverão ser atualizados quando da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Por fim, ressaltando, o Plano Plurianual (PPA) tem como objetivo possibilitar uma visão geral da municipalidade, de modo a buscar prioridades dentro de suas diversas áreas, sendo que para o período 2026-2029 buscamos um fortalecimento dos eixos produtivos, formalização de demandas verificadas junto a população, com a realização de audiências públicas para levantamento destas demandas, com destaque para as áreas da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. Também dispõe de demandas para atenção as áreas de produção agrícola, com previsão para manutenção e conservação de estradas vicinais, manutenção de pontes, pontilhões e bueiros. Também há demandas para área populacional, com programas habitacionais (urbano e rural), acesso a recursos hídricos (poços artesianos).

Em linha de conclusão, na certeza de que o diálogo institucional e o compromisso com o interesse público continuarão sendo o norte dos trabalhos desta Casa Legislativa, encarecemos aos nobres vereadores a aprovação da matéria,

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, EM 21 DE AGOSTO DE 2025.

**IGOR ROSA TAMBARA,**  
Prefeito do Município de Jaguari.



## **PROJETO DE LEI Nº 033/2025**

**Dispõe sobre o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2026-2029, e dá outras providências.**

**Art. 1º.** Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2026/2029, em cumprimento ao disposto no art. 165, I, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo os programas com as respectivas diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para os programas de duração continuada, na forma dos Anexos I, II e III.

**Art. 2º.** Para efeitos desta Lei, entende-se por:

**I** – Programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum pré-estabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

**II** – Programa Finalístico: aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;

**III** – Programa de Gestão e Manutenção de Serviços: é único para todos os órgãos e entidades da administração municipal reunindo as ações de planejamento, formulação, gestão, coordenação, avaliação ou controle das políticas públicas, incluindo atividades de natureza tipicamente administrativa, que colaboram para a consecução dos objetivos dos programas finalísticos;

**IV** – Encargos Especiais do Município: programa de natureza apenas orçamentária, que engloba ações não associáveis aos programas finalísticos ou ao programa de gestão e manutenção de serviço, não figurando na programação do PPA 2026-2029;

**IV** – Ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;

**V** – Produto, bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo; e

**VI** – Meta, quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

**Art. 3º.** Os valores constantes nos anexos e nas tabelas desta Lei são referenciais e não constituem limite para a programação da despesa na Lei Orçamentária Anual, seus créditos adicionais e respectiva execução, que deverá obedecer aos parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e as receitas efetivamente previstas em cada ano, consoante a legislação em vigor à época.





Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**Art. 4º.** As metas físicas das ações estabelecidas para o período de vigência desta lei se constituem referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

**Art. 5º.** A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específico.

**Art. 6º.** A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA) ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

**Art. 7º.** Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar, republicar e divulgar as alterações ocorridas nos anexos I, II e II desta Lei para:

- I** – conciliá-los com as alterações ocorridas em função dos arts. 5º e 6º;
- II** – readequar ou adequar vinculações entre ações orçamentárias e programas;
- III** – incluir, excluir ou alterar o órgão ou unidade responsável pelo programa e/ou ação; e

- IV** – incluir, excluir ou alterar os indicadores de desempenho dos programas.

Parágrafo único. As atualizações de que trata este artigo serão informadas à Câmara de Vereadores e divulgadas em sítio eletrônico oficial.

**Art. 8º.** O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, ou, na falta destes, com base na realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.

Parágrafo único. O acompanhamento da execução dos programas será feito sob a coordenação da Secretaria Municipal de Finanças, a quem compete:

- I** – definir as metodologias a serem utilizadas na elaboração, no acompanhamento e na revisão do PPA a ser observado por todos os órgãos da Administração Municipal;
- II** – definir a agenda de elaboração, de acompanhamento e, quando for o caso, de revisão do PPA;
- III** – auxiliar os demais órgãos e setores da Administração Municipal nos processos de elaboração, de acompanhamento e de revisão do PPA; e

- IV** – elaborar anualmente relatório de avaliação dos resultados deste Plano que será encaminhado ao Poder Legislativo, juntamente o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 9º.** Acompanham o Plano Plurianual, as seguintes tabelas, de caráter meramente informativo:

- I** – Anexo I – Programação da Receita para o período de 2026 a 2029;
- II** – Anexo II – Planejamento das Despesas, por Unidade Orçamentária, ação/natureza da despesa e totalizadas anualmente;



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

**III** – Anexo III – Compatibilidade das origens com as destinações dos recursos acumulados para o período de 2026 a 2029;

**IV** – Anexo IV – Despesas por Programas de Governo e Ações;

**V** – Anexo V – Resumo dos Programas e Ações por Função e Subfunção;

**VI** – Anexo VI – Estimativa para Receita Corrente Líquida (RCL) para fins dos limites constitucionais de pessoal;

**VII** – Anexo VII – Despesas totalizadas por Unidade Orçamentária;

**VIII** – Anexo VIII – Despesa com Pessoal, individualizada por Unidade Orçamentária; e

**IX** – Anexo IX – Anexos de Metas e Prioridades

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, EM 21 DE AGOSTO DE 2025.

**IGOR ROSA TAMBARA,**  
**Prefeito do Município de Jaguari.**